

ECONOMIA

TRABALHO Economistas questionam programas como Primeiro Emprego

Saída para o desemprego é economia voltar a crescer

RODRIGO NERY

Para especialistas em emprego e renda de três grandes instituições de pesquisa econômica do País, uma redução significativa dos níveis de desemprego não vai ser alcançada por meio de medidas pontuais, como o programa Primeiro Emprego, do Governo federal.

Embora defendam a criação de políticas de apoio a alguns setores, capazes de gerar maior demanda de mão-de-obra, os economistas Marcelo Néri, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV); Lauro Ramos, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Ruy Quintans, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc), acreditam que somente com o crescimento econômico estas políticas terão resultado.

— Hoje em dia, essa história de medidas tóxicas são “conversa mole para boi dormir”. O único remédio eficiente na luta contra o desemprego é o crescimento econômico — afirma Lauro Ramos, que, assim como Néri e Quintans, acredita que o País deve crescer somente 1,5% este ano.

APROVAÇÃO DE REFORMAS E JUROS MENORES AJUDARIAM

Segundo Ramos, caso o Governo federal consiga aprovar as reformas no Congresso Nacional e prossiga com a redução gradual da taxa de juros, é possível alcançar índices de crescimento a partir de 2004. “Caso este cenário se concretize, sem nova turbulências externas, aí seria criado um ambiente para a retomada do investimento, e o País poderia entrar em um círculo virtuoso.”

Marcelo Néri concorda com a necessidade de crescimento para que medidas pontuais tenham sucesso, e defende mudanças na legislação trabalhista, que considera ultrapassada. Apesar de destacar a necessidade de crescimento, o economista defende que o Governo comece a privilegiar, o mais breve possível, o que chamou de “setores intensivos”, que geram grande demanda de mão-de-obra, ao invés de “setores não-

JOÃO CERQUEIRA



Governo deveria privilegiar setores intensivos que geram grande demanda de mão-de-obra.

Marcelo Néri

intensivos”, ou aqueles que abrem poucos postos de trabalho mesmo quando o PIB alcança um crescimento razoável.

— O setor social, como um todo, demanda mais mão-de-obra. Áreas como educação e saúde são importantes para o País em diversos sentidos, inclusive no aproveitamento do pessoal desocupado, e devem receber mais investimentos — explica.

Néri elogiou o programa de microcrédito e se disse favorável à redução da carga tributária sobre as micro e pequenas empresas, além da criação de linhas de financiamento para este segmento. Segundo o economista, as empresas de menor porte são as maiores empregadoras do País. Para ele, apesar do início difícil, ainda é possível o Governo atingir a meta de criação de 8 milhões de empregos, definida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a campanha eleitoral.

Ruy Quintans concorda com a necessidade de desonerar as pequenas empresas, e cita como condição fundamental para o crescimento a formação de poupança interna. Quintans defende a formação de um mercado de capitais forte no País, inclusive com a reabertura da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

— A Bolsa do Rio deveria estar operando a todo vapor. Para crescer, o Brasil precisa de investimentos, e não podemos depender somente do Governo nem de capital externo. É preciso ter formação de capital interno, estimular a poupança e o investimento, via mercado de capitais — afirma.

DESEMPREGADOS EM MAIO CHEGAVAM A 2,7 MILHÕES

Em maio, o número de desempregados medido pela Pesquisa Mensal de Emprego (PEM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chegou a 2,7 milhões, o equivalente a 12,4% da População Economicamente Ativa (PEA). Este foi o maior índice desde abril de 2002, quando o índice de desocupação chegou a 12,5% da PEA.

O ministro do Trabalho, Jaques Wagner, bem que tentou amenizar os números da pesquisa, citando o saldo positivo de pouco mais de 560 mil novos postos de trabalho com carteira assinada, e explicando que estas novas vagas não aparecem nas pesquisas porque estão concentradas na agroindústria, no interior de São Paulo e do Paraná, e a PEM considera apenas seis capitais estaduais — Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Para Marcelo Néri, o programa Primeiro Emprego corre o risco de tornar-se um problema ao invés de solução. Embora o ministro do Trabalho, Jaques Wagner, tenha afirmado na semana passada que 3,4 milhões de jovens estão sem ocupação, Néri acredita que o programa torne ainda mais restrito o mercado de trabalho. “A taxa de desemprego entre os jovens é alta, mas gerar primeiro emprego vai elevar a pressão sobre o mercado de trabalho, talvez desempregando chefes de família. Seria melhor criar um programa do tipo Bolsa Escola.”